



MINISTÉRIO DA ECONOMIA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

CARF

Processo nº	15374.916718/2008-12
Recurso	Voluntário
Acórdão nº	3401-007.407 – 3ª Seção de Julgamento / 4ª Câmara / 1ª Turma Ordinária
Sessão de	17 de fevereiro de 2020
Recorrente	GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA
Interessado	FAZENDA NACIONAL

ASSUNTO: CONTRIBUIÇÃO PARA O FINANCIAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL (COFINS)

Exercício: 2004

PRODUÇÃO DE PROVA. PRECLUSÃO. CONFIGURADA. ART. 16 DO DECRETO 70.235/72

O momento procedural previsto em diploma especial para apresentação das provas necessárias para amparar Declaração de Compensação não homologada é no momento da impugnação (no caso, da manifestação de inconformidade), nos termos do que prevê o art. 16 do Decreto 70.235/72, salvo nas hipóteses previstas nas alíneas do §4º daquele dispositivo.

ÔNUS DE PROVA. REGRA DE JULGAMENTO. ART. 373 DO CPC.

O Código Processual fornece a chave de julgamento necessária para os casos em que o contribuinte deixa de fornecer prova do fato constitutivo do seu direito. O ônus probandi recai sobre a parte que demanda do Estado-juiz (no caso, do Estado-administração) determinado reconhecimento de situação de fato ensejadora de direito subjetivo. Inexistente prova material sobre o caráter antecedente da lógica argumentativa empreendida, não há que se reconhecer o direito pleiteado.

Recurso Voluntário Improcedente

Crédito Tributário Mantido

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso. Declarou-se impedida de participar do julgamento a Conselheira Fernanda Vieira Kotzias.

(documento assinado digitalmente)

Mara Cristina Sifuentes – Presidente substituta

(documento assinado digitalmente)

João Paulo Mendes Neto - Relator

Participaram do presente julgamento os conselheiros Mara Cristina Sifuentes (Presidente substituta), Oswaldo Gonçalves de Castro Neto, Lázaro Antônio Souza Soares, , Carlos Henrique de Seixas Pantarolli, João Paulo Mendes Neto, Leonardo Ogassawara de Araújo Branco e Luis Felipe de Barros Reche (suplente convocado). Declarou-se impedida de participar do julgamento a Conselheira Fernanda Vieira Kotzias.

Relatório

Trata-se de Recurso Voluntário interposto contra decisão proferida pela 17^a Turma da Delegacia da Receita Federal de Julgamento do Rio de Janeiro I, ocasião em que acordaram os membros daquela Turma pela improcedência da manifestação de inconformidade outrora apresentada.

Inicialmente a autoridade de origem decidiu não homologar a Declaração de Compensação apresentada pela sociedade empresária referente a débito de Cofins no valor de R\$1.056.865,77, relativo a apuração de 09/04, com crédito de R\$682.267,58 (principal) do período de 05/01.

Ciente da decisão, a sociedade empresária apresentou Manifestação de Inconformidade alegando que *'conforme demonstrado em DCTF em anexo o DARF indicado não se encontra vinculado, ou totalmente vinculado, com o débito exposto na DCTF'*.

Entretanto, à unanimidade, a DRJ de origem, como já foi antecipado acima, julgou improcedente a Manifestação, tendo em vista o regramento previsto nos artigos 15 e 16 do Decreto 70.235/72.

Em face dessa decisão, interpôs-se o presente Recurso Voluntário, o qual alega, em suma (fl. 60):

15. Note-se que, independentemente da juntada do DARF, por meio do qual foi recolhido o valor de R\$ 682.267,58 (seiscentos e oitenta e dois mil duzentos e sessenta e sete reais e cinquenta e oito centavos), se a Fiscalização tivesse exercido seu dever de ofício de identificar a verdade dos fatos alegados, teria verificado, através da análise da DCTF juntada aos autos, que a existência do crédito em questão é patente.

16. Contudo, ainda que se entenda pela necessária demonstração do crédito por meio do DARF em tela, a Recorrente apresenta, nesta oportunidade, referida guia de recolhimento, por meio da qual se verifica a inequívoca existência do crédito.

Ademais, alega que o princípio da verdade material ampara a pertinência da juntada do DARF em sede de Recurso Voluntário, com base em doutrina de Alberto Xavier.

É o relatório

Voto

Conselheiro João Paulo Mendes Neto, Relator.

O Recurso Voluntário foi interposto de forma tempestiva e cumpre com os demais requisitos formais, razão pela qual dele tomo conhecimento.

A decisão colegiada desafiada por este Recurso Voluntário só poderia ter o condão deste Conselho Administrativo reformá-la caso a sociedade empresária resolvesse, mesmo que em sede de Recurso Voluntário a razão de fato que levou até a improcedência da Manifestação de Conformidade, qual seja: inexistência de prova nos autos que indique a existência do direito creditório.

Mesmo em eventual aceitação do esforço argumentativo empreendido pelo recurso quanto a primazia da busca pela verdade real ínsita a essa autoridade administrativa, o referido princípio não possuiria o condão de, por si só, levar até o acolhimento do pedido feito pela peça recursal em análise. Tornar-se-ia necessário, além do caminho pela busca da verdade material, que a verdade dos fatos fosse evidentemente exposta por meio da juntada de provas hábeis e idôneas para tal finalidade.

Entretanto, observa-se que os documentos acostados nos autos distanciam-se do que pleiteia o contribuinte. Se num primeiro momento procedural a sociedade empresária vislumbrou ter seu direito reconhecido apenas com o argumento de que o DARF indicado não se encontrava vinculado, ou totalmente vinculado, com o débito exposto na DCTF, em um segundo momento limitou-se a anexar comprovante de pagamento do DARF.

Nenhuma das duas medidas (a primeira por meio da Manifestação de Inconformidade e a segunda empreendida neste Recurso) são suficientes para que esta autoridade administrativa possa reconhecer o direito creditório e, com isso, possa realizar a compensação requerida.

Em suma, mesmo que afastássemos a regra preclusiva prevista nos artigos 15 e 16 do Decreto 70.235/72, ainda não restaria razões para acolher as razões recursais expostas pela empresa. Isto porque o Código de Processo Civil, em seu artigo 373 prevê a seguinte regra de julgamento:

Art. 373. O ônus da prova incumbe:

I - ao autor, quanto ao fato constitutivo de seu direito;

II - ao réu, quanto à existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor.

Cumpre destacar que é lição comezinha de direito processual que a referida norma não representa apenas uma regra de distribuição de ônus de prova, mas também verdadeira ferramenta de julgamento para o Estado-juiz e, também, por força do artigo 15 do CPC, ao Estado-administração.

Sendo assim, a "efetiva existência do crédito" (termo utilizado no Recurso em análise na fl. 58) não pode ser aferida apenas com base em pagamento de DARF, tendo em vista que recai sobre o contribuinte o ônus de provar que aquele recolhimento (no caso, com base na fl. 102, R\$682.267,58) foram recolhimentos a maior ou indevidos.

Inexistindo o esforço de se desincumbir deste ônus, também continuará inexistindo razões para que a administração possa reconhecer o direito creditório requerido.

Conclusão

Com base em todas as razões anteriormente expostas, voto pelo **CONHECIMENTO** do recurso e, no mérito, pela sua **IMPROCEDÊNCIA**.

É como voto.

(documento assinado digitalmente)

João Paulo Mendes Neto